



## HISTÓRIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A RELAÇÃO PÚBLICO - PRIVADO EM UMA ESCOLA PARTICULAR NO INTERIOR<sup>1</sup>

SOUZA, Suelen Ribeiro<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O colégio foi fundado em 25 de maio de 1920 pelo professor José Costa Júnior, que morava na localidade havia pouco tempo. Ao identificar que a região carecia de uma instituição de ensino primário. Diante disso, optou por montar uma escola primária, na rua Aristides Figueiredo, lugar em que permaneceria por pouco tempo. Mais tarde, seu cunhado Mário Bittencourt junta-se ao professor para auxiliar na direção da escola.

O colégio ocupou-se da formação dos bonjesuense, desde a sua fundação em 1920 até 2011 com o seu fechamento, contribuindo de forma significativa para a modernização da cidade de Bom Jesus do Itabapoana no Estado do Rio de Janeiro.

O nome do colégio é uma homenagem ao Barão do Rio Branco<sup>3</sup>, que era uma figura política muito expressiva na época. A oferta do ensino secundário, iniciou em 1923,<sup>4</sup> sendo o Rio Branco a primeira instituição a ofertar essa modalidade de ensino na Vila de Bom Jesus e se manteve como o único por um longo período.

Nos primeiros anos o colégio funcionava nas modalidades de internato, externato e semi-internato. A Escola da Instrução Militar 211, funcionava no prédio anexo ao colégio. Assim, os jovens eram preparados para cumprir seus deveres para com a pátria.

---

<sup>1</sup> O trabalho incorporou as sugestões apresentadas na apresentação do Simpósio.

<sup>2</sup> Aluna de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

<sup>3</sup> José Maria da Silva Paranhos, mais conhecido como Barão do Rio Branco, viveu de 1845 a 1912. Professor interino de História e Corografia do Brasil no Colégio de Pedro II. Exerceu o cargo de promotor público na comarca de Nova Friburgo. Deputado geral pela província de Mato Grosso nas legislaturas de 1869 a 1872 e de 1872 a 1875. De 1902 até falecer foi ministro das Relações Exteriores e nesta qualidade dirimiu a intrincada questão do Acre, assegurando ao Brasil, pelo tratado de Petrópolis. O Barão do Rio Branco, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico e membro da Academia Brasileira de Letras.

<sup>4</sup> Data encontrada no Jornal “O Norte Fluminense”, em matéria de comemoração dos 60 anos do educandário, onde se recapitula a história da instituição, nesta matéria fala-se sobre as matriculas do ano de 1923 para os cursos primário e secundário.



O colégio desenvolveu-se, simultaneamente, com a Vila de Bom Jesus, fato relatado nas páginas do Jornal “O Norte Fluminense<sup>5</sup>”, em matéria sobre a comemoração do sexagésimo aniversário do educandário.

A mudança para o largo da Santa Rita, ocorreu em 1930, em decorrência da demanda. E, aproveitou-se o ensejo, para se esquadrear nos padrões higienistas vigentes a época. O prédio enquadrava-se nos preceitos higienistas de acordo com a moderna pedagogia. Nesse mesmo período, sob a direção de José Cortes Coutinho, o Colégio contava com um jornal, “O Rio Branco<sup>6</sup>” de circulação interna, com o intuito de preparar e incentivar os alunos no desenvolvimento de suas atividades futuras.

Na década de 30, o foco do colégio tornou-se a oficialização. Este, fato ocorreu em decorrência da publicação da Reforma Francisco Campos, lei nº 21.241 de quatro de abril de 1932, que instituía que só o Colégio Pedro II e os estabelecimentos que passassem por inspeção oficial estariam aptos a ofertar um ensino secundário reconhecido.

De acordo com Dallabrida (2009), a Reforma Francisco Campos (1931) estabeleceu de maneira oficial a modernização do ensino secundário por meio de várias medidas, conferindo:

organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. (DALLABRIDA, 2009: 165).

A portaria do Ministério da Educação e Saúde Pública de 3 de abril de 1936, tornava oficial o CRB e nomeava inspetor federal o Dr. Lauro Alonso. Desta forma, a escola passou a ser fiscalizada pelo Governo Federal, garantindo aos seus alunos a continuidade dos estudos. O colégio passa então a ofertar, oficialmente, após a 4ª série primária, o exame de admissão e da 1ª a 5ª série do ensino secundário<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> BASTOS, Luciano. “Colégio Rio Branco – 60 anos de tradição” Parte III. Jornal Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, PÁGINA, 25/05/1980.

<sup>6</sup> Mencionado pela matéria de edição comemorativa dos 60 anos do Colégio. BASTOS, Luciano. “Colégio Rio Branco – 60 anos de tradição” Parte IV. Jornal Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, PÁGINA, 01/06/1980.

<sup>7</sup> BASTOS, Luciano. “Colégio Rio Branco – 60 anos de tradição” Parte VII. Jornal Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, PÁGINA, 20/07/1980.

Em 1936 as ideias emancipacionistas estavam no auge do debate dos bonjesuenses e a oficialização do Colégio Rio Branco foi uma vitória tanto pra escola, que conseguiu lugar de destaque como centro de formação de Bom Jesus e região. Neste ano foi inaugurado o Centro Pro Melhoramentos de Bom Jesus com participação ativa dos membros do colégio.

É importante salientar que Bom Jesus do Itabapoana havia se tornado Município em 1890, nos primeiros anos da República sobre governança do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil. Porém em razão da conjuntura política de fechamento do Congresso Nacional pelo próprio Marechal e seu posterior afastamento, suprimiu-se a municipalidade e integrou-se ao 10º distrito de Itaperuna.

A Vila do Senhor Bom Jesus esteve ligada a Comarca de Itaperuna/RJ por toda a primeira República, mas percorreu um longo caminho para conseguir sua emancipação, a qual foi concedida no ano de 1938 e efetivada em 1943, quando se estabeleceu a Comarca de Bom Jesus do Itabapoana completando, assim, a estrutura do município com a nomeação do primeiro juiz Dr. Armando Prestes de Menezes.

Mas, no Colégio Rio Branco, nem tudo foram glórias. Em 1939, sua inspeção foi cassada pelo Ministro de Educação, pois a escola não tinha condições de manter os padrões exigidos pelo ministério. O impacto movimentou a população na tentativa de solucionar o problema. Uma junta governativa foi criada, sendo dirigida por: Olívio Bastos, José de Oliveira Borges e José Mansur. A diretoria de administração geral e comercial do Rio Branco ficou a cargo do Dr. Olívio Bastos.

A junta governativa conseguiu reverter a situação e seu primeiro ato foi nomear a professora Maria do Carmo Baptista de Oliveira como diretora acadêmica da instituição. A direção administrativa, foi conferida a Olívio Bastos, nesse período, o Colégio Rio Branco viveu os seus “anos de ouro<sup>8</sup>”. Pela primeira vez na história da instituição, iniciou-se o Grêmio Littero Esportivo “Humberto de Campos”.

Em 1942, ocorreram algumas mudanças para a estrutura do ensino secundário. Essas transformações foram geradas pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, sancionada pelo decreto nº 4.244 de nove de abril. Elaborada por Gustavo Capanema,

---

<sup>8</sup> BASTOS, Luciano. “Colégio Rio Branco – 60 anos de tradição” Parte IX. Jornal Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, PÁGINA, 31/08/1980.

ministro da educação do Governo Vargas<sup>9</sup>. As modificações causadas pela reforma, foram sentidas no colégio. A Reforma Capanema, como ficou conhecida, alterava o primeiro ciclo do ensino secundário de cinco para quatro anos. Neste contexto, duas turmas concluíram o curso ginásial, os quartanistas e os quintanistas.

De acordo, com a Reforma Capanema, as instituições que ofertassem o primeiro ciclo do secundário era chamadas de ginásios e as que apresentassem o ensino secundário completo eram conhecidas, distintamente, como colégios. (DALLABRIDA, 2011, p. 146). Diante disso, a nomenclatura do colégio passou a ser Ginásio Rio Branco.

No ano de 1945, o ginásio passou a receber alunos das classes menos favorecidas, por meio de bolsas de estudos, subvencionadas pelo governo federal, estadual e municipal. Este acontecimento, inaugura a relação público-privada no ginásio. Alves (2012, p. 100), alerta para a necessidade de estudos acadêmicos de caráter local, para podermos compreender “as formas pelas quais se articulam pactos entre o poder público e a iniciativa privada”.

Em 1946, foi instituído o curso Normal com o objetivo de “contribuir com a formação dos munícipes”. Este curso permaneceu até o encerramento das atividades do Rio Branco (2011). E, o último a perder a subvenção do governo (1988).

Partes da história do Ginásio Rio Branco está preservada nas páginas do jornal “O Norte Fluminense”. Observamos que o periódico tinha uma visão laudatória do educandário. Mas constitui-se como uma fonte relevante para costurar a trajetória do educandário.

Diante do apresentado, observamos que as bolsas de estudos eram centradas no ensino secundário, normal e comercial. Pois o ensino primário estava por conta do Grupos escolares. Entretanto, Dallabrida (2011, p. 146), aponta que o ensino secundário foi entregue nas mãos da iniciativa privada, principalmente a católica confessional. Com exceção do Colégio Pedro II que era mantido pela União e alguns ginásios estaduais e federais.

Observa-se que o durante muito tempo o papel do Estado em prover uma educação de qualidade foi negligenciado, passando sua função para as entidades privadas através de subvenção. Dessa maneira, as bolsas de estudo para os adolescentes

---

<sup>9</sup> Getúlio Dornelles Vargas assumiu a presidência do Brasil, após a Revolução de 1930. Seu governo foi dividido em três períodos: Governo Provisório (1930-34), Governo Constitucional (1934-37) e Estado Novo (1937-45).





menos favorecidos era uma forma de contribuir com a “democratização quantitativa” do ensino. (PROST, 1981, p.263 apud DALLABRIDA, 2012, p. 155).

O GRB, teve participação ativa nas festividades do Município. No arquivo preservado no Centro Cultural Luciano Bastos, encontramos vários ofícios convidando o colégio para as comemorações. Esteve presente, nos desfiles de 7 de setembro, nas premiações da Câmara Municipal, na festa de comemoração da emancipação do Município.

Durante as décadas de 40 e 50 do século XX, o CRB, recebia cerca de 100 bolsas de estudos, ofertadas pelo Governo Federal, Governo Estadual e pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana. Após a publicação da primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional, lei nº 4.024/61, o número de bolsas de estudos entregues ao colégio chega a triplicar.

O período que antecedeu a publicação da lei 4.024/61, polarizou intenso debate acerca da “liberdade de ensino” (ROMANELLI, 2003, p. 174) contra o monopólio estatal da educação. Esse embate foi suscitado pela elaboração do substitutivo Lacerda. Observa-se que o financiamento foi tema central da lei, pois o substitutivo Lacerda apresentava mais de setenta artigos sobre as condições de financiamento.

Com a publicação da LDB, o setor conservador, representado pela Igreja católica e as escolas privadas, teve uma expressiva vitória. Lira (2010) aponta que, “o estado restringiu seus recursos para a ampliação da rede pública e gratuita, marginalizando grande parte da população, concedendo recursos à escola particular”. Diante disso, observa-se que o Governo, retirar sua responsabilidade, abrindo meios para que as instituições privadas se tornem mais numerosas.

Ao analisar a trajetória do ensino secundário no Brasil, nota-se que muitas foram as tentativas para solucionar o problema da democratização da educação. É bastante peculiar deparar-se com a solução para a democratização do acesso a escolarização na proposta de Lei 5.692/71 que, como aponta Alves (2012, p.111), eliminou os exames de admissão ao curso ginasial, um dos instrumentos mais seletivos na restrição do ingresso ao ensino secundário. Representou, uma mudança significativa na estrutura do ensino secundário. Alves (2012, p. 111) complementa:

O acesso veio conjugado ao empobrecimento dos professores, o favorecimento da educação privada, a *tecnificação*<sup>10</sup> dos procedimentos pedagógicos e o esvaziamento do currículo, bastante estimulado pela retração cultural geral diante da censura e da perseguição política.

Segundo Romanelli (2003), as mudanças na estrutura do ensino foram introduzidas de duas maneiras: no plano vertical e horizontal.

No plano vertical, a modificação se fez com a junção do curso primário e do curso ginásial num só curso fundamental de 8 anos. Eliminou-se um dos pontos de estrangulamento do nosso antigo sistema representado pela passagem do primário ao ginásial, passagem que era feita mediante aos chamados exames de admissão. [...] No plano horizontal, as mudanças ocorridas dizem respeito ao dualismo antes existente entre escola secundária e escola técnica, com a criação de uma escola única de 1º e 2º graus – o primeiro com vistas, além da educação geral fundamental, à sondagem vocacional e iniciação para o trabalho, e o segundo grau, com vistas à habilitação profissional de grau médio. (ROMANELLI, 2003, p. 237-238).

Diante disso, o curso ficou dividido em ensino de 1º e 2º grau. O primeiro de formação geral e o segundo com o objetivo primordial de habilitação profissional. Além das mudanças de cunho estrutural a lei 5.692/71 assegurou os princípios da continuidade e da terminalidade dos cursos. Segundo Romanelli (2003), a continuidade é a passagem gradativa do geral para o particular e garante a continuidade das séries anteriores nas posteriores. O princípio da terminalidade possibilita que cada nível seja terminal, ou seja, de facultar uma formação que capacite o educando para o exercício de uma atividade.

A profissionalização compulsória aparece no texto da reforma por pressão do Legislativo. Mas, vários fatores contribuem para o fracasso da profissionalização e, por consequência da própria reforma. Segundo Germano (2011, p. 190), “a reforma foi particularmente perversa com o ensino de 2º grau público. Destruiu o seu caráter propedêutico ao ensino superior, elitizando ainda mais o acesso às universidades públicas. Ao mesmo tempo que a profissionalização foi um fracasso”.

No que tange ao financiamento, no Capítulo VI, da referida lei, no artigo 42, faz menção a livre iniciativa privada em prover o ensino. Mas é no artigo 45 que consagra a subvenção as instituições privadas. “As instituições de ensino mantidas pela iniciativa particular merecerão amparo técnico e financeiro do Poder Público, quando suas

---

<sup>10</sup> Grifo da autora.



condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização, e a suplementação de seus recursos se revelar mais econômica para o atendimento do objetivo".

Neste período, o ensino de segundo grau no Colégio Rio Branco, era estruturado com a primeira série do segundo grau básica e a segunda e terceira série eram específicas: curso normal, técnico em comércio ou segundo grau regular. Na década de 70, as bolsas de estudo permaneceram em números elevados. Mas na década de 80 essa situação mudou.

O Município e o Governo do Estado começaram a ofertar o ensino de primeiro e segundo grau, tornado desnecessário a subvenção ao CRB, as bolsas permanecem até o ano de 1988. O CRB, se mantém firme na tarefa de educar os jovens bonjesuenses até o ano de 2011, quando encerra suas atividades e se transforma em Centro Cultural Luciano Bastos, com o intuito de preservar a história do colégio e do próprio Município.

## **DESENVOLVIMENTO**

O estudo da cultura escolar compreende um campo de pesquisa em História da Educação. Essa abordagem metodológica centrada nas particularidades da escola, representa um momento de renovação historiográfica para as pesquisas em história da educação.

Para entender, o sentido dessa fase de renovação, é indispensável apresentar a trajetória da pesquisa, em História da educação. As pesquisas iniciaram na década de 1950, no século XX, e passaram por três momentos, como nos aponta Nosella e Buffa (2013).

O primeiro momento ocorreu antes da criação dos programas de pós-graduação, em que as pesquisas estavam voltadas para o tema “educação e sociedade”, desenvolvidas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no antigo segmento de Pedagogia.

O segundo momento foi marcado pela criação e expansão dos programas de pós-graduação, nas décadas de 1970 e 1980. As características principais da pesquisa nesse período são: a forte influência da institucionalização da pós-graduação e da reação aos militares. Vale salientar que este fato proporciona o surgimento de um olhar crítico sobre a educação.

A partir da década de 1990, iniciou-se o terceiro momento, marcado pela consolidação da pós-graduação e pela crise dos paradigmas. Os pesquisadores da linha “sociedade e educação” sofriam diversas críticas, pois não conseguiam compreender a complexidade e a diversidade do campo. Diante disso, surgiu a proposta do pluralismo epistemológico e temático, com ênfase no estudo de objetos singulares.

A mudança no rumo da pesquisa em História da educação está acompanhada do processo de inovação paradigmático e temático que sofreu a influência de dois movimentos:

Por um lado, o afluxo de pesquisadores qualificados (entre os quais muitos historiadores) para as diversas regiões brasileiras. [...] Por outro lado, esses mesmos pesquisadores – historiadores ou não – estavam sob o impacto das novas tendências da pesquisa histórica nas quais as especificidades e singularidades regionais, ou mesmo locais, passaram a ser consideradas importantes objetos de estudo e, mais, são pesquisadores que promovem investigações sobre o passado apropriando-se de corte eminentemente histórico, abandonando, desse modo, as imposições advindas, primeiro, do campo filosófico, no qual prevalecia a concepção de que o pensamento educacional se sobrepunha à própria realidade da educação, e, em segundo, do campo sociológico, em que prevalecia o enquadramento, um tanto forçado, dos processos educacionais em grandes teorias determinadas aprioristicamente. (GATTI JR, 2002, p. 17)

Esse processo contribuiu, positivamente, para a expansão das linhas de pesquisa, diversificação teórico-metodológica e a utilização de diversas fontes. Em contrapartida, alguns pesquisadores afirmam que, por outro lado, houve uma fragmentação epistemológica e temática que impediu de compreender o fenômeno educacional na totalidade.

No entanto, verificou-se, neste momento, que temas como: cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e instituições escolares passaram a ser privilegiados no campo de pesquisa.

As novas temáticas historiográficas da história da educação se desenvolvem, concomitantemente, com a renovação da pesquisa histórica, onde Gatti Jr. (2002, p.14) apresenta que a “orientação teórica em vigor defende que o processo de construção de interpretações sobre o passado se faz no diálogo necessário entre nossas ideias e



concepções com os indícios que conseguimos agrupar para corroborar nossas assertivas”.

O desenvolvimento da historiografia voltada às questões educacionais, na sua pluridimensionalidade e na complexidade, mostra a necessidade de “especificar os campos, as temáticas e os quadros conceituais de abordagem, e, por outro lado, construir uma historiografia mais explicativa dos fenômenos e das realidades educativas” (MAGALHÃES, 1998: 53).

Para Magalhães (1998), essa renovação historiográfica, que consolida o objeto educacional, divulga duas vias fundamentais, duas matrizes epistêmicas básicas e estruturantes: a primeira de natureza etnocêntrica – uma etno/historiografia, focada na escola e sua complexidade, como *locus* e *ethos* com relação ao exterior. Em segundo, está traçada pelos quadros explicativos externos à realidade educativa.

Nesse sentido, Julia (2001), afirma que pode-se descrever a cultura escolar como um,

[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédios de processos formais de escolarização: aqui se encontra a escalada dos dispositivos propostos pela *schooled society* que seria preciso analisar; nova religião com seus mitos e seus ritos contra a qual Illich se levantou, com vigor, há mais de vinte anos. Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolveu nos pátios do recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares. (JULIA, 2001: 10-11).

Para Viñao Frago (1999) pode-se assim definir:

Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido de que son elementos

organizadores que la conforman y definen. De entre ellos elijo dos a los que he dedicado alguna atención en los últimos años: el espacio y el tiempo escolares. Otros no menos importantes, como las prácticas discursivas y lingüísticas o las tecnologías y modos de comunicación empleados, son ahora dejados a un lado. (VIÑAO, 1995: 69).

No texto “Culturas escolares” Vidal (2005), aponta que Vinão Frago (2001), acredita que as dimensões do universo escolar variam de instituição pra instituição, preferindo assim pronunciar o termo “culturas escolares”. No mesmo texto Vidal (2005: 35) destaca “que enquanto Julia concebia a existência de duas culturas escolares (primária e secundária), Viñao Frago estendia o conceito a todas e a cada uma das instituições escolares”.

Na concepção de Faria Filho et al. (2004, p. 141), a cultura escolar desponta das diversas formas de interação no ambiente escolar na transmissão de conhecimentos do docente na relação do saber teórico e escolar e as conexões entre vida escolar e reformas educativas.

A escola como formadora de cultura própria tem importante papel no estudo da cultura escolar. Segundo Chervel (1990: 184) “o sistema escolar é detentor de um poder criativo pouco valorizado, pois ele desempenha na sociedade um papel que é duplo: formar indivíduos e uma cultura que penetra, molda e modifica a cultura da sociedade global”.

Segundo Julia (2001: 14-15) um “espaço escolar específico, cursos graduados em níveis e corpo profissional específico, são essenciais à constituição uma cultura escolar”. E, complementando, na análise da cultura escolar é necessário levar em conta as relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém a cada período da sua história, com as culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. (JULIA, 2001: 10).

Na atualidade, como aponta Vidal (2009, p.26), “a escola tem-se destacado como produtora de cultura específica e como espaço de convivência de culturas”. Partindo deste princípio, observa-se que o Ginásio Rio Branco ao longo de sua trajetória conseguiu edificar uma cultura escolar própria.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estudar a cultura escolar permite ver a instituição como espaço de socialização nos tempos modernos (FARIA FILHO, 2004). E, também, torna-se um instrumento teórico importante para se estudar o passado e o presente de uma instituição educativa, na sua relação com a sociedade e a cultura, “no jogo tenso das lutas do poder que perpassam o escolar e expressam nele as contradições sociais” (VIDAL: 2009: 39).

O Ginásio Rio Branco, ao longo dos tempos, ministrou a educação do povo bonjesuense, amparado nas bases legais que financiavam a iniciativa privada, em um contexto de amplos debates e polarizações entre ensino público como dever do Estado e às subvenções que vêm sendo historicamente destinadas à iniciativa privada. Contribuindo para a formação de uma cultura escolar específica.

No âmbito da lei de diretrizes e bases da educação Nacional de 1961, observamos que representou como aponta Florestan Fernandes<sup>11</sup>, a maior perda para a modernização do sistema educacional brasileiro, pois os embates que perfizeram este período almejavam resultados maiores em relação a democratização do ensino.

Ao analisar o processo de estruturação da educação desenvolvida no Brasil, observa-se a ausência do Estado em ofertar um ensino público de qualidade. A subvenção as escolas particulares, era empregada para amenizar sua responsabilidade com a educação do povo brasileiro.

Portanto, compreende-se que o sistema de subvenção, por meio de bolsa de estudo no Ginásio contribuiu para a moldar as práticas e condutas do alunos rio-branquense. Para Chervel (apud FARIA FILHO, et al., 2004) a instituição pode produzir um saber específico e suas consequências se prolongavam acima da sociedade e da cultura, e que nascia das determinantes do próprio funcionamento da institucional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, C. Estudos secundários no Brasil nos séculos XIX e XX. In: PESSANHA, E.C.; JÚNIOR, D.G. (organizadores). **Tempo de cidade, lugar de escola: História, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”**. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 87-116.

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida a *Revista Comentário* pelo Professor Florestan Fernandes (apud BUFFA, 1979, p. 78).



BOURDIEU, P. Os três estados do Capital Cultural. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (orgs.). **Pierre Bourdieu: Escritos da Educação**. 14. Ed. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2013, p. 81-88.

BUFFA, E. **Ideologias em conflito: escola pública e escola privada**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre o campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, vol. 1, n. 2, p. 177-229, 1990.

DALLABRIDA, N. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Revista Educação**. Porto Alegre, volume 32, n.2, p. 185-191, 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>.

\_\_\_\_\_. O Público e o Privado no Ensino Secundário em Santa Catarina (1945-1961). **Revista Educação Pública**. Cuiabá, volume 20, n. 42, p. 145-159, 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.organizadoresbr/pdf/repub/v20n42/v20n42a09.pdf>.

\_\_\_\_\_. Os incluídos do exterior: trajetórias sociais de ex-alunos bolsistas de um colégio de elite (1952-1961). In: LOPES, Sonia de Castro; CHAVES, Miriam Waidenfeld (organizadores). **A história da Educação em Debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e igreja**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 155-169.

FARIA FILHO, L.M. et al. A Cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>.

GATTI JR. D. A história das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, J.C.S.; GATTI JR, D. (organizadores). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação). P. 3-24.

GERMANO, J.W. **Estado Militar e educação no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JULIA, D. A Cultura Escolar como objeto histórico. Tradução do artigo: “La culture scolaire comme objet historique”. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da educação**. Volume 1, n.1, jan/jun. 2001. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>.

LIRA, A.T.N. Poder político e educação no Brasil: Uma análise crítica da Lei nº 4024/1961. **Trabalho necessário**. Niterói, ano 8, n. 10, p. 1-29, 2010. Disponível em: [www.uff.br/trabalhonecessario](http://www.uff.br/trabalhonecessario).



MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a História das Instituições escolares. In: SOUSA, C.P.; CATANI, D.B. (organizadoras). **Práticas Educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. Os estudos sobre instituições escolares: um balanço. In: NOSELLA, P; BUFFA, E. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

ROMANELLI, O.O. **História da Educação no Brasil**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

VIDAL, D.G. **Cultura escolares: Estudo sobre prática de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Coleção memória da educação.

\_\_\_\_\_. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem fronteiras**, São Paulo, v.9, n.1, p. 25-41, jan/jun 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación e historia cultural. **Revista brasileira de educação**, vol. 1, n. 0, página 63-82, set./dez., 1999. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FRAGO.pdf>.

## REFERÊNCIAS DO JORNAL

BASTOS, Luciano. “Colégio Rio Branco – 60 anos de tradição” Parte III. *Jornal Norte Fluminense*, Campos dos Goytacazes/RJ, PÁGINA, 25/05/1980.

BASTOS, Luciano. “Colégio Rio Branco – 60 anos de tradição” Parte IV. *Jornal Norte Fluminense*, Campos dos Goytacazes/RJ, PÁGINA, 01/06/1980.

BASTOS, Luciano. “Colégio Rio Branco – 60 anos de tradição” Parte VII. *Jornal Norte Fluminense*, Campos dos Goytacazes/RJ, PÁGINA, 20/07/1980.

BASTOS, Luciano. “Colégio Rio Branco – 60 anos de tradição” Parte IX. *Jornal Norte Fluminense*, Campos dos Goytacazes/RJ, PÁGINA, 31/08/1980.